

**ADVOGADO(A) JÚNIOR****LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com o enunciado das 70 questões das Provas Objetivas e das 2 (duas) questões da Prova Discursiva, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

LÍNGUA PORTUGUESA II		LÍNGUA INGLESA II		INFORMÁTICA		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 10	1,0	11 a 20	1,0	21 a 25	1,0	26 a 40	1,3
						41 a 55	1,7
						56 a 70	2,0

b) 1 Caderno de Respostas para o desenvolvimento da Prova Discursiva, grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, preferivelmente a caneta esferográfica de tinta na cor preta.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A)    ●    (C)    (D)    (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior -**BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** do Processo Seletivo Público o candidato que:

- a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
- b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA** grampeado ao Caderno de Respostas da Prova Discursiva e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

**Obs.** O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por razões de segurança, o candidato **não** poderá levar o Caderno de Questões, a qualquer momento.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS É DE 5 (CINCO) HORAS.**

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no segundo dia útil após a realização das provas na página da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO (www.cesgranrio.org.br)**.



**LÍNGUA PORTUGUESA II****FRUSTRAÇÃO:  
A HORA DA VERDADE**

Um fracasso pode ser para você um sinal para desistir ou um estímulo para continuar lutando. Depende de sua interpretação. O mundo teve muitos gênios, mas você só tem notícia dos que, mesmo gênios, tinham a humildade e perseverança dos simples. Assim eles venceram as frustrações maciças.

Esse é o diferencial para o sucesso. Vários estudos sobre homens e mulheres de sucesso mostram como ponto em comum a capacidade de persistir além dos fracassos, de suportar a frustração.

Os imigrantes que vieram para o Brasil (sujeitos a condições subumanas, abaixo da linha da pobreza) se tornaram empresários prósperos e, melhor, ensinaram seus filhos a crescerem ainda mais. Transformaram a cultura do sul do país e de São Paulo.

Eles venceram o desafio interior. Venceram a voz que falava: *desista, não tem jeito, você não é nem será nunca ninguém...* Encontraram uma voz maior que dizia: *acredite, vá adiante, não pare agora...*

Artistas que sofrem toda uma vida, cientistas que mofam junto com suas culturas bacterianas, pesquisadores que quase desaparecem da história, um dia, têm sua busca recompensada.

Eles venceram porque suportaram o fracasso. Eles venceram na vida porque venceram a luta interior.

A primeira — e mais importante — vitória é sobre a atitude negativa. A atitude negativa destrói a autodisciplina. E quando a disciplina se vai, os alvos também se vão. A chave do sucesso está na capacidade de resistir à frustração maciça.

AYLMER, Roberto. **Escolhas**. RJ: Proclama Editora. 2001.

**1**

As possibilidades opostas de repercussão de um fracasso experimentado pelo ser humano caracterizam seu(sua)

- (A) grau de significância.
- (B) grau de incidência.
- (C) força impulsionadora positiva.
- (D) força reativa negativa.
- (E) dualidade de efeito.

**2**

É **INCORRETO** afirmar que, no texto, o(a)

- (A) desafio interior está em resistir à tentação de não desistir.
- (B) referência feita aos imigrantes é um argumento a favor da persistência.
- (C) vitória depende de um condicionamento positivo interior do indivíduo.
- (D) frustração pode constituir-se num estímulo ao sucesso.
- (E) persistência é um dos requisitos que caracterizam a autodisciplina.

**3**

O parágrafo que, em relação às idéias apresentadas no primeiro período do texto e no quarto parágrafo, se caracteriza, semanticamente, como uma conclusão é o

- (A) segundo.
- (B) terceiro.
- (C) quinto.
- (D) sexto.
- (E) sétimo.

**4**

O texto mostra que o sucesso, em geral, decorre do(a)

- (A) predomínio da frustração maciça.
- (B) capacidade de suportar as adversidades.
- (C) religiosidade que leva a ouvir vozes conselheiras.
- (D) possibilidade de buscar novos caminhos.
- (E) orientação dada pelos pais, mesmo pobres.

**5**

No trecho “cientistas que mofam junto com suas culturas bacterianas,” (l. 20-21), o autor quer evidenciar que os cientistas

- (A) criam bolor, tal como seus experimentos.
- (B) desaparecem da história, tão longa é a espera.
- (C) aguardam por longo tempo algum reconhecimento.
- (D) lutam bravamente pela sua sobrevivência.
- (E) desistem, por não conseguirem concluir o seu trabalho.

**6**

No primeiro parágrafo do texto, as palavras **sinal** (l. 1) e **estímulo** (l. 2) podem ser substituídas, sem alteração de sentido, respectivamente, por

- (A) orientação e ordem.
- (B) indicação e evidência.
- (C) imposição e apelo.
- (D) sugestão e impulso.
- (E) indício e incentivo.

**7**

Em qual das frases a seguir o acento indicativo de crase deve realmente ser empregado?

- (A) É preciso considerar à opinião dos mais velhos.
- (B) Ela deu asas à imaginação.
- (C) Os imigrantes vieram à esta terra com fé.
- (D) Finalmente, chegou à uma decisão.
- (E) Hora à hora, ouvia vozes interiores.

**8**

Entre os apresentados a seguir, qual o único exemplo em que o **a NÃO** pode ser classificado como artigo?

- (A) “... mostram como ponto em comum a capacidade de ...” (l. 8-9)
- (B) “de suportar a frustração.” (l. 10)
- (C) “(sujeitos a condições subumanas, ...)” (l. 11 – 12)
- (D) “Venceram a voz que falava.” (l. 16 – 17)
- (E) “... sobre a atitude negativa.” (l. 26-27)

**9**

Houve uma situação, no texto, em que o autor poderia ter escrito de forma mais coerente com o padrão culto e formal da língua. Qual foi ela?

- (A) Na linha 12, deveria ter escrito sub-humanas e não “subumanas” (l. 12).
- (B) Em lugar de “ensinaram seus filhos a crescerem” (l. 13-14) poderia ter escrito “ensinaram seus filhos a crescer”.
- (C) A palavra “mofam” (l. 21) não deveria ter sido usada, por tratar-se de uma gíria.
- (D) A vírgula foi colocada erradamente no trecho “...desaparecem da história, (...), têm sua busca ...” (l. 22-23), pois separou o sujeito do predicado.
- (E) Faltou o hífen em autodisciplina (l. 28).

**10**

Há **ERRO** de concordância em:

- (A) Pensou-se que faltava algumas pessoas importantes à reunião.
- (B) Anexas ao relatório vão as duas vias deste documento.
- (C) Podia haver várias divergências no recinto.
- (D) Mais de um orador falou sobre desafios.
- (E) Faz anos que ele comparece ao debate.

## LÍNGUA INGLESA II

### From Science Fiction to Reality: Personal Robots Emerge at Work, Home and School

It's 6 a.m., and the Clarks awake to fresh coffee served to them by Millie, one of the family's personal robots. As they get ready for work, Millie makes the bed, and their robotic dog Mickey gently reminds Mr. Clark to  
5 take his medicine.

This scenario is not a page from a lost “Jetsons” script. It's likely to be a normal day in the life of a family in as few as 20 years from now, according to robotics experts at the Georgia Institute of Technology. Already, the global  
10 market for personal robots is growing 400 percent a year, says Professor Henrik Christensen, director of the newly formed Robotics and Intelligent Machines Center in the Georgia Tech College of Computing. “Personal robots are becoming more popular as people want to do more and  
15 more with their lives,” Christensen says. “Technology is making it possible...We live stressful lives now, and we can use technology to take away the boring tasks of everyday life.”

Robots are not novel technology in industry, the  
20 military and even space exploration. However, a new generation of intelligent machines called personal robots — ones that work with and directly for humans, especially in the home, workplace and school — have begun to emerge only recently. A confluence of smart materials,  
25 low-cost, high-speed computing power, better batteries

and knowledge of how humans interact with machines is creating an explosion in the market for personal robots, researchers say. “To have a personal robot that does things you need, you have to have onboard processing,  
30 perception, motion and power,” says roboticist Tucker Balch, an associate professor in the College of Computing. “Until two or three years ago, you couldn't put all of that on one small, light platform. Motors and computers take a lot of energy, and the batteries we had couldn't do the  
35 job. Now, demand for better cell phone and laptop batteries is driving improvements,” Balch adds. “Therefore, we have all the technologies which can support a consumer robot that is not too expensive.” Balch predicts that truly useful, multi-function personal robots will cost between \$1,000  
40 and \$1,500. Single-purpose robots, such as the Roomba vacuum cleaner already on the market, cost between \$150 and \$300.

While some personal robots are already available, important research is under way to address the remaining  
45 technical and societal challenges. Georgia Tech researchers in computer science, engineering, psychology and the liberal arts are collaborating under the umbrella of the new Robotics and Intelligent Machines Center that Christensen directs. That cooperation is vital to creating  
50 the best-designed personal robots. “If you just have computer scientists designing them, you're not going to build a robot that's as good as one that could be built by computer scientists and mechanical engineers working together,” Christensen says. “We are leveraging Georgia  
55 Tech's world-class expertise in all of these domains and want to make something that no one else in the United States is doing today.”

*Research Horizons Magazine* - June 8, 2007 (slightly adapted)  
[http://gtresearchnews.gatech.edu/newsrelease/personal\\_robots.htm](http://gtresearchnews.gatech.edu/newsrelease/personal_robots.htm)

**11**

Based on Professor Henrik Christensen's words in Paragraph 2, it is possible to affirm that

- (A) people consider robots unexciting and disturbing.
- (B) people do not expect robots to perform daily boring activities.
- (C) intelligent robots are making modern life stressful.
- (D) technology will never improve people's quality of life.
- (E) new technological inventions can make people's lives easier.

**12**

According to Paragraph 3, one of the aspects that has contributed to the expansion of the personal robot market is the

- (A) very high price of speedy computing power.
- (B) smaller and less efficient computer batteries.
- (C) better knowledge of human-machine interaction.
- (D) sudden popularity of American robotics experts.
- (E) high consumption of energy by the new machines.

**13**

Robotist Tucker Balch, mentioned in Paragraph 3, believes that

- (A) the reasonable cost for the multi-function robots is in the \$150-\$300 price range.
- (B) most personal robots that can handle a variety of tasks will be sold for a minimum of a thousand dollars.
- (C) in three years, scientists will start developing the batteries needed to power single-purpose personal robots.
- (D) the latest developments in laptops and cell phones have taken the scientists' attention away from personal robots.
- (E) no robots will ever perform multi-functions because it is impossible to combine processing, perception, motion and power in one platform.

**14**

Which option expresses an accurate relationship between the items?

- (A) "take away" (line 17) and *remove* are synonymous.
- (B) "novel" (line 19) is the opposite of *new*.
- (C) "emerge" (line 24) means the same as *disappear*.
- (D) "improvements" (line 36) and *advances* reflect contradictory ideas.
- (E) "useful" (line 38) could not be substituted by *helpful*.

**15**

In terms of reference, the only item that **DOES NOT** refer to "robot(s)" is

- (A) "one" (line 2).
- (B) "their" (line 15).
- (C) "ones" (line 22).
- (D) "that" (line 38).
- (E) "them" (line 51).

**16**

The **boldfaced** item introduces a conclusion in

- (A) "**As** they get ready for work, Millie makes the bed," (line 3)
- (B) "**However**, a new generation of intelligent machines called personal robots" (lines 20-21)
- (C) "**Therefore**, we have all the technologies which can support a consumer robot..." (lines 36-37).
- (D) "**While** some personal robots are already available, important research is under way..." (lines 43-44)
- (E) "**If** you just have computer scientists designing them, you're not going to build a robot that's ...". (lines 50-52)

**17**

From the sentence "That cooperation is vital to creating the best-designed personal robots." (lines 49-50) it is possible to infer that the

- (A) expertise of Georgia Tech's computer science researchers alone will help develop the best personal robots in the United States.
- (B) joint effort of computer scientists and mechanical engineers is not likely to improve robot design.
- (C) alliance between computer scientists, designers and psychologists can be harmful to the future of robotics.
- (D) collaboration of researchers from different areas of knowledge will be extremely beneficial to the future of robotics.
- (E) collaboration between Georgia Tech researchers and the Robotics and Intelligent Machines Center is inefficient.

**18**

Where in the text does the author refer to possible tasks to be performed by personal robots in the near future?

- (A) Paragraphs 1 and 2 (lines 1-5 ; 6-18).
- (B) Paragraph 2, only (lines 6-18).
- (C) Paragraph 3, only (lines 19-42).
- (D) Paragraph 4, only (lines 43-57).
- (E) Paragraphs 3 and 4 (lines 19-42 ; 43-57).

**19**

"These domains" (line 55) include all the areas below, **EXCEPT** one. Mark it.

- (A) Psychology
- (B) Liberal arts
- (C) Engineering
- (D) Physiology
- (E) Computer Science

**20**

The verb form in *italics* transmits an idea of probability in

- (A) "you *have to* have onboard processing, perception, motion and power," (lines 29-30)
- (B) "we have all the technologies which *can* support a consumer robot..." (lines 36-37)
- (C) "multi-function personal robots *will* cost between \$1,000 and \$1,500." (lines 39-40)
- (D) "That cooperation *is* vital to creating the best-designed personal robots." (lines 49-50)
- (E) "you're not going to build a robot that's as good as one that *could* be built by computer scientists and mechanical engineers working together," (lines 51-54)

## INFORMÁTICA

**21**



Considere o aplicativo Microsoft Word 2003 com suas configurações padrão. Em um documento formatado com espaçamento entre linhas de 1,5 e alinhamento justificado, qual resultado o usuário obtém ao clicar no ícone ilustrado pela figura acima?

- (A) O espaçamento entre linhas do documento será incrementado.
- (B) O espaçamento entre linhas do documento será decrementado.
- (C) O parágrafo no qual o cursor estiver posicionado, no documento, terá o espaçamento entre linhas incrementado.
- (D) O parágrafo no qual o cursor estiver posicionado, no documento, passará a ter formatação em negrito.
- (E) O parágrafo no qual o cursor estiver posicionado, no documento, passará a ter alinhamento centralizado.



**22**

Considere o aplicativo Microsoft Word 2003, em português, com suas configurações padrões. Qual opção de menu o usuário deve selecionar para utilizar o recurso de numeração automática de páginas?

- (A) Arquivo => Leiaute.
- (B) Visualizar => Leiaute.
- (C) Inserir => Numeração de Página.
- (D) Formatar => Numeração de Página.
- (E) Ferramentas => Contagem de Páginas.

**23**

Considere o aplicativo Microsoft Excel 2003, em português, com suas configurações padrões. Considere ainda duas células quaisquer A1 e B2. Para manter o valor de B2 igual ao valor de A1, de tal forma que, se o valor de A1 for modificado, o valor de B2 também se modificará, deve-se especificar na célula

- (A) A1 a fórmula =B2
- (B) A1 a fórmula =VINCULAR(B2)
- (C) B2 a fórmula =A1
- (D) B2 a fórmula =VINCULAR(A1)
- (E) B2 a fórmula =SOMA(B2)

**24**

Considere o aplicativo Microsoft Excel 2003, em português, com suas configurações padrões. Para atribuir à célula A20 o valor resultante do somatório dos valores contidos nas células A17, A18 e A19, um usuário deve especificar a seguinte fórmula na célula A20:

- (A) =A17+A18
- (B) =A17+A19
- (C) =SOMA(A17:A18)
- (D) =\$A\$17+\$A\$18+\$A\$19
- (E) =SOMA(A17+A19)

**25**

Considere o aplicativo Microsoft PowerPoint 2003, em português, com suas configurações padrões. Um usuário que deseja iniciar a apresentação dos slides de um arquivo em edição do PowerPoint deve

- (A) clicar duas vezes no slide mestre.
- (B) clicar no menu "Apresentações" e selecionar a opção "Exibir apresentação".
- (C) clicar no menu "Editar" e selecionar a opção "Apresentações".
- (D) pressionar a tecla ESC do teclado.
- (E) inserir uma caixa de texto e digitar "slide show".

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**26**

Considerando as competências e responsabilidades atribuídas pela Lei nº 8.630/93 ao órgão gestor de mão-de-obra do trabalhador portuário avulso (OGMO), este órgão

- (A) efetuará apenas a intermediação da seleção do trabalhador portuário avulso, cabendo ao operador portuário efetuar o pagamento direto ao trabalhador portuário, recolhendo os respectivos encargos previdenciários.
- (B) deverá arrecadar e repassar aos respectivos beneficiários os encargos previdenciários decorrentes das contratações de trabalhadores portuários avulsos realizadas junto a ele.
- (C) deverá distribuir os lucros apurados a cada exercício aos operadores portuários responsáveis pela sua administração, nos termos aprovados por sua Diretoria Executiva.
- (D) responderá solidariamente pelos prejuízos causados pelos trabalhadores portuários avulsos aos tomadores dos seus serviços ou a terceiros.
- (E) manterá vínculo empregatício com os trabalhadores portuários com vistas a utilizá-los na prestação de serviços aos operadores portuários.

**27**

Segundo o disposto no Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras (Dec. 2.745, de 24 de agosto de 1998), a modalidade de licitação entre pessoas físicas ou jurídicas previamente cadastradas e classificadas na Petrobras, no ramo pertinente ao objeto da licitação, constitui a(o)

- (A) concorrência.
- (B) tomada de preços.
- (C) pregão.
- (D) leilão.
- (E) concurso.

**28**

Tratando-se de contrato administrativo celebrado em consequência da conclusão de procedimento licitatório realizado nos termos da Lei nº 8.666/93, no que tange às garantias a serem prestadas pelo contratado, pode-se afirmar que:

- I - a garantia contratual poderá ser exigida do licitante vencedor ainda que não prevista no edital de licitação;
- II - compete ao contratado escolher, dentre as opções previstas em lei, qual modalidade de garantia será prestada;
- III - a exigência de garantia poderá ser cumprida através da fiança pessoal dos sócios do contratado (pessoas físicas);
- IV - nos casos de garantia prestada em dinheiro, e não utilizada durante a vigência do contrato, esta deverá ser restituída ao contratado ao final do contrato, acrescida de juros e correção monetária.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**29**

Acerca do procedimento de desapropriação por utilidade pública, regulado no art. 5º, inc. XXIV, da Constituição Federal e no Decreto-Lei nº 3.365/41, é correto afirmar que

- (A) a desapropriação de qualquer bem dependerá de declaração de utilidade pública por parte da autoridade competente, cuja expedição requer prévia autorização legislativa.
- (B) a desapropriação apenas pode ser efetuada através de processo judicial.
- (C) é vedado ao juiz imitar provisoriamente o expropriante na posse do bem antes do trânsito em julgado da ação de desapropriação.
- (D) podem ser desapropriados bens imóveis destinados à exploração dos serviços públicos prestados por concessionários privados.
- (E) corresponde a procedimento de competência exclusiva da União Federal.

**30**

“A Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos.” (Súmula nº 346 do Supremo Tribunal Federal)

Que princípio da Administração Pública reflete a súmula acima transcrita?

- (A) Supremacia do interesse público
- (B) Auto-executoriedade
- (C) Impessoalidade
- (D) Razoabilidade
- (E) Autotutela

**31**

Observando-se a classificação prevista no art. 99 do Código Civil, são bens públicos de uso especial:

- (A) as estradas, as praças e os rios.
- (B) as estradas, os rios e os teatros públicos.
- (C) as praças, os veículos oficiais e os teatros públicos.
- (D) as praças, os veículos oficiais e os imóveis onde estão localizadas as repartições públicas.
- (E) os cemitérios públicos, os teatros públicos e os imóveis onde estão localizadas as repartições públicas.

**32**

Caso um determinado indivíduo se considere prejudicado pela falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais, de qual medida judicial de controle de ato administrativo (remédio constitucional) deverá este fazer uso para assegurar o exercício de seu direito?

- (A) *Habeas data*
- (B) *Habeas corpus*
- (C) Ação civil pública
- (D) Mandado de injunção
- (E) Mandado de segurança coletivo

**33**

Tratando-se de ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, regulada nos termos da Lei nº 7.347/95, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) pode ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- (B) pode ser proposta por associação constituída há pelo menos um ano, e que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente.
- (C) pode ser proposta pelo Ministério Público.
- (D) deve ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano.
- (E) não admite antecipação de tutela.

**34**

“Licença ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.”

Resolução CONAMA nº 237/97 – Art. 1º II

Acerca das regras relativas ao procedimento de licenciamento ambiental previstas na Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, analise as afirmações a seguir.

- I - A concessão de licença ambiental a empreendimentos considerados causadores de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA).
- II - Compete ao CONAMA o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional.
- III - Os prazos de validade constantes das licenças prévia e de instalação concedidas pelo órgão ambiental competente são improrrogáveis.
- IV - As Licenças de Operação concedidas terão um prazo máximo de validade de 5 (cinco) anos.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I
- (B) IV
- (C) I e III
- (D) I e IV
- (E) I, II e III

**35**

No que tange às regras previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para as hipóteses de aumento do capital social mediante subscrição de ações, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a subscrição de ações mediante capitalização de créditos detidos contra a Companhia é admitida pela legislação.
- (B) as ações emitidas nas operações de aumento de capital apenas podem ser subscritas em dinheiro ou créditos contra a Companhia.
- (C) o aumento de capital, decorrente da conversão de debêntures em ações, independe de aprovação da assembleia geral.
- (D) o aumento de capital mediante subscrição de ações apenas é admitido após realizados, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social.
- (E) ao atual acionista é facultado ceder seu direito de preferência na subscrição das ações emitidas nas operações de aumento de capital.

**36**

Tratando-se de bônus de subscrição emitido em conformidade com as regras definidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pode-se afirmar que:

- I - trata-se de título nominativo e intransferível;
- II - é admitida sua utilização para subscrição de ações preferenciais;
- III - assegura ao seu titular o direito de subscrever ações do capital social, segundo as condições constantes do certificado;
- IV - assegura ao seu titular um direito de crédito contra a Companhia, conversível ou não em ações, segundo as condições constantes do certificado.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) III
- (B) I e III
- (C) II e III
- (D) I, II e III
- (E) I, II e IV

**37**

Tratando-se de pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira, poderá o Poder Judiciário Brasileiro rejeitar tal pedido caso fique comprovado que:

- I - apesar de assegurado o direito a ampla defesa, a citação no procedimento arbitral foi efetuada por meio não admitido na legislação processual brasileira;
- II - a instituição do procedimento arbitral não foi realizada de acordo com o compromisso arbitral ou cláusula compromissória;
- III - o mérito da decisão contida na sentença arbitral é contrário à jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça;
- IV - a decisão contida na sentença arbitral ofende a ordem pública nacional.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**38**

Os *Incoterms* foram criados pela Câmara de Comércio Internacional com o objetivo de padronizar os termos utilizados no comércio internacional, definindo-se assim condições básicas de contratação que asseguram maior segurança às transações internacionais. Segundo os critérios definidos na publicação *Incoterms* 2000 (CCI), a utilização do termo FOB em um contrato de venda internacional de mercadorias com transporte marítimo implica que a mercadoria deve ser disponibilizada pelo vendedor

- (A) no endereço indicado pelo comprador, sendo que o vendedor se responsabiliza por todas as despesas de carregamento, transporte, descarregamento e desembarço aduaneiro da mercadoria.
- (B) no porto de desembarque, após o descarregamento, sendo que o comprador se responsabiliza por todas as despesas posteriores ao descarregamento do navio.
- (C) no porto de embarque, antes do carregamento, sendo que o comprador se responsabiliza pelos custos de carregamento do navio e transporte da mercadoria.
- (D) no local de sua produção, sendo que o comprador se responsabiliza por todas as despesas de retirada, carregamento do navio e transporte da mercadoria.
- (E) a bordo do navio no porto de embarque, sendo que o comprador se responsabiliza pelos custos posteriores ao carregamento do navio.

**39**

De acordo com o Código Tributário Nacional e o atual entendimento consolidado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, os diretores e gerentes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a qualquer obrigação tributária,

- (A) quando a sociedade houver sido extinta.
- (B) quando houverem se retirado da sociedade.
- (C) relativa a fato gerador ocorrido na época em que exerciam a gerência da sociedade.
- (D) cuja Certidão de Dívida Ativa indique os seus nomes como co-responsáveis tributários.
- (E) resultante de ato praticado com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto da sociedade.

**40**

Adotando a classificação dos impostos estabelecida no Código Tributário Nacional, enquadra-se na categoria de "Impostos sobre o Patrimônio e a Renda" o imposto sobre

- (A) produtos industrializados.
- (B) propriedade territorial rural.
- (C) serviços de qualquer natureza.
- (D) importação de produtos estrangeiros.
- (E) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.



**41**

O regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (REPETRO) permite a aplicação do tratamento aduaneiro de exportação, com saída ficta do território aduaneiro e posterior aplicação do regime de admissão temporária, no caso de bem de fabricação nacional vendido a pessoa sediada no exterior.

Para a adoção desse tratamento aduaneiro, a norma regulamentar do REPETRO exige que os bens devam ser produzidos no País e adquiridos por pessoa sediada no exterior, sendo requisito obrigatório também o(a)

- (A) pagamento em moeda estrangeira de livre conversibilidade, mediante cláusula de entrega, sob controle aduaneiro, no território aduaneiro.
- (B) renúncia do fabricante nacional a eventuais benefícios fiscais concedidos para incentivo às exportações.
- (C) inaplicabilidade do mesmo regime aduaneiro a equipamentos sobressalentes, ferramentas e outras partes e peças destinados a garantir a operacionalidade dos referidos bens.
- (D) importação direta, com o pagamento integral dos impostos, de matérias-primas, produtos semi-elaborados ou acabados e de partes ou peças, utilizados na fabricação dos bens nacionais.
- (E) aquisição dos bens realizada diretamente do respectivo fabricante, de comerciante atacadista com domicílio no Brasil ou de empresas comerciais exportadoras nacionais ou estrangeiras.

**42**

De acordo com a norma que disciplina o processo administrativo de determinação e exigência dos créditos tributários da União, atualmente admite-se a intimação:

- I - pessoal, pelo autor do procedimento ou por agente do órgão preparador, na repartição ou fora dela, provada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar;
- II - por via postal, telegráfica ou por qualquer outro meio ou via, com prova de recebimento no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo;
- III - por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante envio ao domicílio tributário do sujeito passivo ou registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**43**

A Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, regula o regime de trabalho que se aplica aos empregados que prestem serviços em atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, bem como na industrialização do xisto, na indústria petroquímica e no transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos.

Está em **DESACORDO** com as normas previstas nessa legislação especial afirmar que:

- (A) durante o trabalho em regime de revezamento em turno de 8 (oito) horas, para atender a imperativos de segurança industrial, poderá ser suprimida a hora do repouso e alimentação do empregado, mas lhe será assegurado o direito ao pagamento em dobro dessa hora.
- (B) enquanto o empregado permanecer no regime de sobreaviso, ser-lhe-á assegurado um repouso de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas para cada período de 24 (vinte e quatro) horas em que permanecer de sobreaviso.
- (C) o empregado não poderá permanecer em serviço, no regime de revezamento previsto para a atividade de produção de petróleo em áreas terrestres de difícil acesso, por período superior a 15 (quinze) dias.
- (D) sempre que for imprescindível à continuidade operacional, durante 24 (vinte e quatro) horas o empregado engajado em trabalhos de geologia de poço poderá ser mantido em regime de sobreaviso, mas em cada jornada de sobreaviso o trabalho efetivo não excederá de 10 (dez) horas.
- (E) constitui alteração lícita a exclusão do empregado do regime de revezamento, cabendo-lhe, exclusivamente, o direito à percepção de uma indenização que corresponda a apenas um pagamento igual à média dos recebimentos das vantagens inerentes ao regime de revezamento percebidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à mudança, para cada ano ou fração igual ou superior a 6 (seis) meses de permanência nesse regime.

**44**

Sobre o Direito do Trabalho, analise as afirmações abaixo.

- I - O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado, salvo se este pede a dispensa de cumprimento, quando então fica o empregador, automaticamente, eximido de pagar o respectivo valor.
- II - Se o empregado trabalha em horário noturno e é transferido para o diurno, não perde o direito ao adicional noturno pela aplicação do princípio do direito adquirido e da irredutibilidade salarial.
- III - Quadro de pessoal organizado em carreira, aprovado pelo órgão competente, excluída a hipótese de equiparação salarial, não obsta reclamação fundada em preterição, enquadramento ou reclassificação.
- IV - Durante as horas de sobreaviso do empregado é cabível a integração do adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas quando o empregado recebe o adicional respectivo em caráter permanente, durante seu trabalho normal.
- V - Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituído fará jus ao salário contratual do substituído, à exceção do período de férias.

Está(ão) de acordo com o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal do Trabalho **APENAS** a(s) afirmação(ões)

- (A) III
- (B) V
- (C) I e IV
- (D) II e V
- (E) I, III e IV

**45**

No Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), intitulado “Segurança e Medicina do Trabalho”, está realçado o intuito do legislador de evitar acidentes, preservar a saúde do trabalhador e propiciar a humanização do trabalho. Assim, o artigo 163 da CLT determina a obrigatoriedade de constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidente (CIPA) “*de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho*”. Ademais, o artigo 200 da CLT, inserido no mesmo Capítulo V, contém delegação genérica no sentido de que “*cabe ao Ministério do Trabalho estabelecer disposições complementares às normas de que trata esse Capítulo*”.

Nesse contexto, o Ministério do Trabalho e Emprego editou a Norma Regulamentadora nº 5 (NR 5), que dispõe sobre a CIPA, estabelecendo que:

- I - o empregado, Presidente da CIPA, não poderá sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro;
- II - o membro titular da CIPA perderá o mandato, sendo substituído por suplente, quando faltar a mais de 4 (quatro) reuniões sem justificativas;
- III - se considera estabelecimento, para fins de aplicação da NR 5, a sede da empregadora, do empregado, de empreiteiro ou de empresa prestadora de serviços, em qualquer hipótese;
- IV - a constituição da CIPA é obrigatória para todos os estabelecimentos, inclusive aqueles em que prestem serviços apenas servidores públicos estatutários;
- V - devem ser designados, de comum acordo com os membros da CIPA, um secretário e seu substituto, entre os componentes ou não da Comissão, sendo neste caso necessário concordância do empregador.

Estão corretos, **APENAS**, os itens

- (A) I e III
- (B) I e V
- (C) II e V
- (D) III e IV
- (E) II, IV e V

**46**

A Lei Orgânica do Tribunal Marítimo (LOTM) estabelece que o Tribunal Marítimo Brasileiro tem jurisdição em todo o território nacional. Segundo a LOTM, com suas alterações posteriores, a jurisdição do Tribunal Marítimo **NÃO** se exerce sobre os(as)

- (A) que exercem atividade a bordo das embarcações mercantes estrangeiras, em alto-mar.
- (B) marítimos estrangeiros, em território ou águas territoriais brasileiras.
- (C) embarcações mercantes brasileiras em águas estrangeiras.
- (D) embarcações mercantes estrangeiras, em alto-mar, nos casos de estarem envolvidas em qualquer incidente de navegação, no qual pessoa física brasileira tenha perdido a vida.
- (E) embarcações de qualquer nacionalidade empregadas em operações relacionadas com pesquisa científica marinha, prospecção, exploração, produção, armazenamento e beneficiamento dos recursos naturais, nas águas interiores, no mar territorial, na Zona Econômica Exclusiva e na Plataforma Continental brasileiros.

**47**

À luz do Decreto nº 4.136/2002, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, se uma empresa autorizada a exercer atividades pertinentes à indústria do petróleo contratar navio para transporte de óleo sem que a empresa transportadora esteja habilitada pelo Ministério dos Transportes, ficará sujeita à sanção de

- (A) destruição ou inutilização do produto.
- (B) suspensão parcial ou total das atividades.
- (C) multa de R\$ 7.000,00 a R\$ 70.000,00, no máximo.
- (D) multa de R\$ 7.000,00 a R\$ 7.000.000,00, no máximo.
- (E) multa de R\$ 1.000,00 a R\$ 50.000.000,00.

**48**

De acordo com a doutrina, os **princípios constitucionais fundamentais** estabelecidos no Título I da Constituição Federal de 1988 podem ser discriminados em princípios relativos (i) à existência, forma e tipo de Estado; (ii) à forma de governo; (iii) à organização dos Poderes; (iv) à organização da sociedade; (v) à vida política; (vi) ao regime democrático; (vii) à prestação positiva do Estado e (viii) à comunidade internacional. Adotando essa classificação, é exemplo típico de princípio fundamental relativo à forma de governo o princípio

- (A) federalista.
- (B) republicano.
- (C) de soberania.
- (D) do pluralismo político.
- (E) do Estado Democrático de Direito.

**49**

O texto original da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, assegurava aos trabalhadores assistência gratuita aos seus filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas. Com o advento da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, esse direito social de assistência gratuita previsto na Constituição foi

- (A) extinto.
- (B) restringido, passando a amparar o trabalhador apenas com relação aos seus filhos, não mais aos seus demais dependentes.
- (C) restringido, passando a amparar o trabalhador apenas com relação aos seus filhos e dependentes de até 5 (cinco) anos de idade.
- (D) restringido, passando a amparar o trabalhador apenas com relação aos seus filhos e dependentes em creches, não mais em pré-escolas.
- (E) ampliado, passando a amparar o trabalhador com relação aos seus filhos e dependentes em creches e pré-escolas, em qualquer idade.

**50**

Maria é brasileira, funcionária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, e casada com João, também brasileiro. Foi enviada grávida à Itália, juntamente com sua equipe de trabalho, para tratar de assuntos profissionais do interesse da Petrobras. Ao chegar a Roma, Maria teve complicações na gravidez e deu à luz prematuramente a seu filho Mário, que sobreviveu. De acordo com as disposições constitucionais relativas a direitos da nacionalidade, esse filho de João e Maria será

- (A) apátrida.
- (B) estrangeiro.
- (C) brasileiro nato.
- (D) brasileiro naturalizado.
- (E) italiano, podendo optar pela nacionalidade brasileira após a maioridade.

**51**

A Constituição Federal estabelece que, nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo em que o ICMS incide uma única vez, o imposto caberá

- (A) à União Federal.
- (B) ao Estado onde ocorrer o consumo.
- (C) ao Estado de origem das mercadorias.
- (D) aos Estados de origem e de destino das mercadorias, repartido em partes iguais.
- (E) aos Estados de origem e de destino das mercadorias, repartido na mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias.

**52**

Segundo disposição constitucional expressa, as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União, no exercício de sua competência de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, das quais resulte imputação de débito ou multa,

- (A) terão eficácia de título executivo.
- (B) deverão ser validadas pelo Congresso Nacional.
- (C) serão encaminhadas ao Congresso Nacional para as providências relativas a sua cobrança.
- (D) serão encaminhadas ao Poder Executivo para as providências relativas a sua cobrança.
- (E) darão ensejo à propositura de processo de conhecimento perante o Poder Judiciário, como etapa necessária à cobrança.

**53**

O controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes é competência constitucionalmente atribuída ao

- (A) Tribunal de Contas da União.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Conselho Nacional de Justiça.
- (E) Conselho da Justiça Federal.

**54**

A Constituição Federal exige que o Poder Executivo publique relatório resumido da execução orçamentária até trinta dias após o encerramento de cada

- (A) mês.
- (B) bimestre.
- (C) trimestre.
- (D) quadrimestre.
- (E) semestre.

**55**

Antônio, pretendendo contratar seguro de vida, consulta seu advogado para ter esclarecidas algumas dúvidas. Analise, a seguir, os pontos questionados pelo cliente.

- I - É obrigação do segurado pagar o prêmio.
- II - O contrato de seguro só pode ser provado com a exibição da apólice.
- III - O segurado pode contratar quantos seguros de vida desejar, com o mesmo ou diversos seguradores.
- IV - O segurador é obrigado a pagar a indenização em dinheiro.
- V - Não haverá pagamento de indenização ao beneficiário se o segurado suicidar-se em qualquer tempo de vigência do contrato de seguro.
- VI - A apólice pode conter restrição para eximir o segurador do pagamento do seguro no caso de a morte do segurado ocorrer em razão de acidente aéreo.
- VII - O segurador não pode pagar valor menor do que o capital segurado para o caso de sinistro, mesmo com a concordância de todos os beneficiários.

As afirmativas que se encontram de acordo com a legislação vigente, são, **APENAS**:

- (A) I, III, IV e VII
- (B) I, IV, V e VI
- (C) I, V, VI e VII
- (D) II, III, IV e VII
- (E) II, III, V e VI

**56**

João, pretendendo adquirir um valioso apartamento de propriedade de José, celebra com este um contrato particular de promessa bilateral irrevogável de mutuar o referido imóvel por uma fazenda, com todos os requisitos essenciais ao contrato definitivo, tendo estabelecido data para a realização do contrato definitivo e registrado o contrato particular nos Registros de Imóveis onde estão localizados os bens. O contrato preliminar acima referido

- (A) é nulo, uma vez que deve obedecer à forma pública.
- (B) tem efeitos contra terceiros, uma vez que registrados nos RGI competentes.
- (C) só tem efeitos entre as partes.
- (D) não pode ser cumprido coercitivamente em caso de inadimplência.
- (E) não é dotado de transmissibilidade *causa mortis* dos direitos e obrigações dele originários.

**57**

Sobre a prescrição e a decadência, qual afirmativa está **ERRADA**?

- (A) É nula a renúncia à decadência fixada em lei, sendo possível a renúncia à prescrição.
- (B) Não correm a prescrição e nem a decadência contra os ausentes do país a serviço de seu empregador estrangeiro.
- (C) A Petrobras tem ação contra seus representantes legais que derem causa à prescrição ou à decadência, ou não as alegaram oportunamente.
- (D) A prescrição deve ser pronunciada de ofício pelo juiz, mas este só poderá fazer o mesmo com relação à decadência quando esta for estabelecida por lei.
- (E) A prescrição e a decadência podem ser alegadas em qualquer grau de jurisdição.

**58**

A Petrobras pode contratar estipulação de pagamentos de obrigações em moeda estrangeira nos seguintes casos:

- I - aluguel de um imóvel no Brasil de propriedade de uma empresa multinacional estrangeira;
- II - prestação de garantia na exportação a crédito de barris de petróleo;
- III - assunção de obrigação perante instituição financeira brasileira, originalmente contratada com devedor estrangeiro;
- IV - contratação de empréstimo direto com instituição financeira estrangeira.

É(São) possível(eis) **APENAS** o(s) caso(s)

- (A) I
- (B) II e IV
- (C) I, II e IV
- (D) II, III e IV
- (E) I, II, III e IV

**59**

Qual das situações a seguir **NÃO** configura caso de responsabilidade civil por ato de outrem?

- (A) Aqueles que de forma gratuita houverem participado no produto do crime.
- (B) Tutor ou curador, por atos praticados por seus pupilos ou curatelados.
- (C) O comitente, pelos serviços e prepostos, no exercício do trabalho ou por ocasião dele.
- (D) O pai separado, pelos filhos menores, sob a guarda da mãe que exerce o poder de direção.
- (E) Os donos de estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins educacionais, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.

**60**

Em relação aos defeitos do negócio jurídico, analise as afirmações a seguir.

- I - Na lesão é facultado ao lesado optar por requerer a anulação ou a revisão do negócio jurídico celebrado, sendo que o dano deve ser contemporâneo à celebração do contrato.
- II - No erro existe uma declaração enganosa da vontade, cujo objetivo é produzir efeito diverso do pretendido.
- III - O dolo de ambas as partes torna o negócio jurídico nulo.
- IV - O simples temor reverencial configura coação.
- V - O estado de perigo ocorre quando uma pessoa obtém lucro exagerado, desproporcional, aproveitando-se da situação de necessidade ou inexperiência do outro contratante.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmação(ões)

- (A) I
- (B) I e III
- (C) II e IV
- (D) II e V
- (E) III, IV e V

**61**

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor,

- (A) podem as partes em contrato de consumo pactuar cláusulas que atenuem a responsabilidade do fornecedor de indenizar em caso de vício de produto.
- (B) em relação ao fato do produto, este passa a ser considerado defeituoso em razão de outro de melhor qualidade haver sido colocado no mercado.
- (C) a inversão do ônus da prova descrita no art. 6º, VIII do CDC é *ope iudicis*, ou seja, por ordem do juiz, ao passo que a contida no art. 12 é *ope legis*, por força da lei.
- (D) a garantia legal do produto depende de termo expresso.
- (E) é de 10 (dez) anos o prazo prescricional da pretensão à reparação por danos causados por fato do produto.

**62**

Analise as afirmações abaixo, que se referem a sociedades, associações e fundações, e marque a que estiver **ERRADA**.

- (A) Nas sociedades comuns não há personificação e ocorre a comunhão patrimonial e jurídica da sociedade e seus membros.
- (B) As sociedades e associações somente se constituem por ato *inter vivos* e as fundações podem ser constituídas por ato *inter vivos* ou por cumprimento de disposição testamentária.
- (C) As sociedades de economia mista somente podem ser constituídas na forma de sociedade anônima.
- (D) As associações destinam-se à reunião de pessoas sem fins lucrativos.
- (E) Quando a atuação de uma fundação se estender por dois Estados da Federação, caberá apenas ao Ministério Público Federal a fiscalização de suas atividades.



**63**

Considerando-se os dispositivos da Lei Federal nº 9.610, de 10 de fevereiro de 1998, também conhecida como Lei dos Direitos Autorais,

- (A) ao realizar a cessão de sua obra, o autor também realiza a transferência de seus direitos morais.
- (B) constituem objetos de proteção dessa lei os direitos advindos da elaboração de textos de decisões judiciais.
- (C) não é titular de direitos do autor quem adapta, traduz, arranja ou orquestra obra caída no domínio público.
- (D) pode ser realizada verbalmente a cessão parcial dos direitos de autor.
- (E) é possível contratar a cessão dos direitos de autor sobre obras futuras.

**64**

Quando da elaboração da petição inicial de uma ação rescisória, o advogado deve atender aos requisitos da petição inicial, previstos no art. 282 do Código de Processo Civil. Deverá atentar ainda aos requisitos específicos sobre ação rescisória, qual seja o de obrigatoriamente cumular ao pedido de rescisão o pedido de novo julgamento da causa, imediatamente após a rescisão do julgado,

- (A) sempre que a ação tiver por fundamento violação de disposição literal da lei.
- (B) quando o fundamento da ação for ofensa à coisa julgada.
- (C) quando o fundamento da ação for corrupção do juiz original.
- (D) quando o fundamento da ação for a alegação de ser o juiz absolutamente incompetente.
- (E) quando o fundamento da ação for a ocorrência de juiz peitado.

**65**

Nos tempos do Código de Processo Civil, acerca do procedimento de execução contra a Fazenda Pública,

- (A) os precatórios terão seus valores atualizados monetariamente até a sua expedição, que produz efeito de pagamento.
- (B) os créditos de natureza alimentícia não se sujeitam ao regime dos precatórios.
- (C) não se sujeitam à ordem cronológica de apresentação os precatórios federais de pagamentos de obrigações de até 60 (sessenta) salários mínimos.
- (D) em se tratando de execução de obrigação de entrega da coisa certa, nenhum privilégio possui a Fazenda Pública, obedecendo-se ao procedimento previsto contra particulares.
- (E) sendo título executivo judicial, será a Fazenda intimada em seu procurador, através da Imprensa Oficial, para opor embargos em 10 dias.

**66**

A respeito da Ação Popular, analise as afirmações a seguir.

- I - Poderá o Ministério Público promover o prosseguimento da ação se o autor desistir ou der causa para absolvição da instância.
- II - É legítimo para propor Ação Popular o menor de 18 e maior de 16 anos, no gozo de seus direitos políticos, sem que para isso seja assistido.
- III - São litisconsortes facultativos na Ação Popular os agentes que praticaram o ato, a pessoa jurídica interessada ou o beneficiário.
- IV - O prazo para contestar a ação é de 20 dias prorrogáveis por mais 20 dias, a requerimento das partes.
- V - A natureza jurídica da sentença que julga procedente a Ação Popular é declaratória, visto que declara um direito do cidadão de impugnar o ato ilegal.

Estão corretas **APENAS** as afirmações

- (A) I e II
- (B) I, II e IV
- (C) II, III e V
- (D) II, IV e V
- (E) III, IV e V

**67**

Com relação ao depoimento pessoal analise as seguintes afirmativas:

- I - a sua finalidade é esclarecer fatos controvertidos da causa e provocar a confissão da parte;
- II - em se ausentando a parte que deveria depor, aplica-se “pena de confesso” com presunção relativa;
- III - pode ser prestado por procurador de pessoa física, desde que com poderes expressos para prestá-los;
- IV - quando requerido por uma das partes, só poderá ser prestado em audiência de instrução e julgamento.

São verdadeiras **APENAS** as afirmativas

- (A) I e III
- (B) I e IV
- (C) II e IV
- (D) I, II e III
- (E) II, III e IV

**68**

No que se refere ao julgamento, conforme o estado do processo, o processo será extinto sem julgamento de mérito quando

- (A) houver transação entre as partes.
- (B) ocorrerem os efeitos da revelia.
- (C) ocorrer decadência.
- (D) se verificar renúncia do autor sobre os direitos que fundam a ação.
- (E) a ação for considerada intransmissível por disposição legal.



**69**

Analise as afirmativas a seguir, sobre Agravo de Instrumento.

- I - O agravo de instrumento é recurso cabível contra decisão judicial que exclui um dos litisconsortes do feito.
- II - Só é cabível agravo de instrumento da decisão que recebe apelação intempestiva.
- III - A decisão que deixa de receber apelação em função de súmula impeditiva de recurso é atacada por agravo de instrumento.
- IV - Interpõe-se agravo de instrumento das decisões interlocutórias, proferidas em audiência de instrução e julgamento, devendo o mesmo ser interposto oral e imediatamente, bem como constar do respectivo termo, nele expostas as razões do agravante.
- V - A decisão que converte agravo de instrumento em agravo retido é atacada por agravo interno dirigido ao Pleno do Tribunal.

São corretas **APENAS** as afirmativas

- (A) I e III
- (B) IV e V
- (C) I, II e IV
- (D) II, IV e V
- (E) III, IV e V

**70**

Durante o julgamento de uma apelação perante uma Câmara Cível, o advogado da Petrobras argúi, de forma inédita, em sua sustentação oral, a inconstitucionalidade de uma lei estadual em face da Constituição Federal. A partir desse ponto, analise as afirmativas abaixo, visando a verificar qual(ais) apresenta(m) hipótese(s) admissível(is).

- I - A arguição de inconstitucionalidade não será apreciada, vez que intempestiva.
- II - A Câmara, ouvido o Ministério Público, pode rejeitar a alegação de inconstitucionalidade da norma e reconhecer sua constitucionalidade, prosseguindo o julgamento.
- III - A Câmara, ouvido o Ministério Público, pode rejeitar ou acolher a alegação, declarando a inconstitucionalidade da norma.
- IV - A Câmara, ouvido o Ministério Público, pode aceitar a alegação, suspender o julgamento e submeter a questão ao Pleno do Tribunal, que poderá declarar a inconstitucionalidade da norma conforme a alegação da parte ou frente a outro dispositivo constitucional.

É(São) admissível(is) **APENAS** a(s) alternativa(s)

- (A) I
- (B) III
- (C) IV
- (D) II e III
- (E) II e IV

**QUESTÕES DISCURSIVAS****QUESTÃO Nº 1**

Uma empresa mineira Y litiga contra uma empresa fluminense Z a respeito de um terreno. Ocorre que metade do imóvel pertence à Petrobras, que possui o regular registro da área no Registro Geral de Imóveis. Considerando que a ação encontra-se proposta no foro competente e as informações constantes do sistema de acompanhamento processual são as que seguem abaixo, redija, na qualidade de advogado(a) da Petrobras, a peça processual competente para, de imediato, requerer o reconhecimento judicial do direito da empresa, excluindo o dos litigantes Y e Z.

**Processo Nº 2007.000.09999-9**

**Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - 16/05/2008  
08:01:40 - Primeira instância - Distribuído em 10/10/2007**

**Comarca de Petrolândia                      Cartório da 1ª Vara Cível**

**Endereço:** Avenida do Petróleo número 100 sala 301

**Bairro:** Ouro Preto

**Cidade:** Petrolândia

**Ofício de Registro:** 1º Ofício de Registro de Distribuição

**Tipo de ação:** Reivindicatória

**Valor da causa:** R\$100.000,00

**Rito:** Ordinário

**Autor** EMPRESA Y Ltda.

**Réu** EMPRESA Z S.A.

**Advogado(s):** RJ00001 - JOÃO DA SILVA  
RJ00002 - JOSÉ CARDOSO

**Movimento:** 50

**Data:** 19/02/2008

**Descrição:** DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O DIA 02 DE MARÇO DE 2008, ÀS 14:00 HORAS, INTIMEM-SE.

**Movimento:** 51

**Data:** 02/05/2008

**Descrição:** AUDIÊNCIA REALIZADA.

**Movimento:** 52

**Data:** 15/05/2008

**Descrição:** Autos conclusos para despacho. Localização: Gabinete do Magistrado.

**QUESTÃO Nº 2**

A **Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras** adquiriu do fornecedor norte-americano Golden Technology Ltd. uma peça de reposição para um equipamento próprio utilizado na área de exploração e produção de petróleo.

Ocorre que, por força da greve dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, a peça importada pela Petrobras está retida na Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto do Rio de Janeiro, sem que os atos necessários à sua liberação sejam tomados pelo Inspetor da Alfândega ou seus subordinados.

Assim, a Petrobras está impedida de substituir a peça defeituosa de seu equipamento pela nova peça de reposição adquirida do fornecedor norte-americano, tendo em vista que a mercadoria importada, objeto da Declaração de Importação nº 08/0505050-5, encontra-se retida na Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto do Rio de Janeiro há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer andamento no processo de fiscalização com vistas ao seu desembaraço aduaneiro, situação que, ao que tudo indica, perdurará enquanto mantida a greve.

Sabendo que a cada dia em que o equipamento deixa de funcionar pela falta de substituição da peça importada, a Petrobras assume um prejuízo de cerca de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), um alto funcionário da área de exploração e produção solicita ao Departamento Jurídico a adoção das medidas judiciais cabíveis para solucionar o problema.

Redija, sucintamente, medida judicial de tramitação prioritária que possa atender a esse pleito, invocando as garantias constitucionais que assegurem o direito postulado, com a finalidade específica não exatamente de ver ordenada a liberação imediata da mercadoria importada, mas buscando ver assegurado o direito de tê-la submetida à fiscalização aduaneira nos termos da legislação de regência e, uma vez atendidos os requisitos nela previstos, vê-la prontamente desembaraçada.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO



**RASCUNHO**